

# Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas ("DFP") relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de dezembro 2024 e 2023.

Os termos "AII" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente.

#### PERÍODO FINDO EM FIM DO 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO PERÍODO FINDO EM FIM DO 31 DE DEZEMBRO DE 2023

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(em R\$ milhares, exceto %)

	2024	AV%	2023	AV%	AH%
Lucro operacional líquida	754.653	100,00%	658.813	100,00%	14,55%
Custos dos serviços prestados	(460.165)	-60,98%	(512.582)	-77,80%	-10,87%
Lucro Bruto	294.488	39,02%	146.231	22,20%	103,65%
Despesas gerais e administrativas e com vendas	(137.152)	-18,17%	(126.953)	-19,27%	8,03%
Outras receitas (despesas) líquidas	8.330	1,10%	36.048	5,47%	-76,99%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	165.666	21,95%	55.326	8,40%	205,41%
Resultado de equivalência patrimonial	14.244	1,89%	11.060	1,68%	32,79%
Resultado financeiro	(100.346)	-13,30%	(60.963)	-9,25%	63,45%
Receitas Financeiras	108.477	14,37%	134.043	20,35%	-19,07%
Despesas Financeiras	(208.823)	-27,67%	(195.006)	-29,60%	6,73%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	79.564	10,54%	5.423	0,82%	n.a.
Imposto de renda e contribuição social	(23.642)	-3,13%	(15.358)	-2,33%	53,94%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(27.327)	-3,62%	(29.274)	-4,44%	-6,65%
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.685	0,49%	13.916	2,11%	-73,52%
Resultado do período	55.922	7,41%	(9.935)	-1,51%	n.a.

### Recita operacional líquida

A receita bruta no período encerrado em 31 de dezembro de 2024 atingiu R\$754.653 mil, em comparação com R\$658.813 mil no mesmo período encerrado em 2023, crescimento de 14,55%. Esse aumento foi impulsionado pelo aumento no preço médio de tratamento e destinação final de resíduos.

### Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no período encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$460.165 mil

### Relatório da Administração

comparativamente a R\$512.582 mil no ano de 2023, o que representou uma redução de R\$55.722 mil ou 10,23%. Essa diminuição deveu-se principalmente devido à redução nos custos de depreciação e amortização.

#### Lucro bruto

O lucro bruto no período encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$294.488 mil comparativamente a R\$146.231 mil no mesmo período em 2023, o que representou um aumento de R\$148.257 mil. O lucro bruto representou 39,02% e 22,20% da receita líquida nos períodos finais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. Redução devido principalmente aos fatores acima mencionados.

#### Despesas gerais e administrativas

No período final em 31 de dezembro de 2024, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$137.152 mil, comparativamente a R\$126.953 mil no mesmo período de 2023, representando um aumento de R\$10.199 mil ou 8,03%. Essas despesas representaram 18,17% e 19,27% da receita líquida nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

#### Outras receitas (despesas), líquidas

No período final em 31 de dezembro de 2024, as outras receitas (despesas), líquidas, foram positivas em R\$8.330 mil, comparativamente a uma receita de R\$36.048 mil no mesmo período de 2023, representando uma redução de R\$27.718 mil ou 76,99%.

#### Resultado antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial

O lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial no período final em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$165.666 mil, comparativamente ao resultado de R\$55.326 mil no mesmo período de 2023, representando um aumento de R\$110.340 mil ou 199,44%. O resultado de equivalência patrimonial no período final em 31 de dezembro de 2024 foi positivo em R\$14.244 mil, em comparação com os R\$11.060 referentes ao período final em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$3.184 mil ou 28,79%.

#### Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro em 2024 foi uma despesa financeira líquida de R\$100.346 mil, comparativamente a R\$60.963 mil no mesmo período de 2023, representando um aumento da despesa de R\$39.383 mil ou 64,60%. A variação deveu-se principalmente a contratação de novos empréstimos e financiamentos.

#### Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

Em 2024, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social foi um lucro de R\$79.564 mil, comparativamente ao lucro de R\$5.423 mil no período final em 31 de dezembro de 2023, atribuído substancialmente aos fatores mencionados anteriormente.

#### Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no período final em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$23.642 mil

mil, comparado a R\$15.358 mil em 2023, representando um aumento de R\$8.284 mil ou 53,94%. O imposto de renda e contribuição social corrente foi de R\$27.327 mil em 2024, comparativamente a R\$29.274 mil em 2023, representando uma redução de R\$1.947 mil ou 6,65%. O imposto de renda e contribuição social diferido foi de R\$3.685 mil em 2024, comparativamente a R\$13.916 mil em 2023, representando uma redução de R\$10.231 mil ou 73,52%.

#### Resultado do período

Em 31 de dezembro de 2024, o resultado do período foi um lucro de R\$55.922 mil, comparativamente ao prejuízo de R\$9.935 mil no mesmo período de 2023. Essa melhoria nos resultados é atribuída aos itens destacados acima.

#### Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com o Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. não prestou serviços que conflitaram com a auditoria externa durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

#### Declaração da Administração

Reconhecemos, como membros da Administração da Companhia, que somos responsáveis pela preparação adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) assim como pela apresentação dessas informações de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas ("DFP").

Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com conclusão expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre o exame da DFP relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.293	216.861	50.165	249.528
Títulos e valores mobiliários	4	8.504	30	12.962	8.132
Contas a receber de clientes	5	56.286	40.956	169.906	167.386
Debêntures	10	62.763	-	62.763	-
Impostos e contribuições a recuperar	6.a	17.452	11.504	43.393	24.893
Outros ativos circulante	8.a	30.624	21.502	52.805	38.640
Total do ativo circulante		187.922	290.853	391.994	488.579
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	4	42.402	-	42.402	-
Debêntures não circulante	10	439.344	488.249	439.344	488.249
Contas a receber de clientes - não circulante	5	41.826	40.866	85.228	76.355
Partes relacionadas não circulante	7	225.271	183.756	150.612	139.396
Depósitos judiciais e cauções	6.c	1.294	796	1.300	796
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.d	79.973	76.287	79.973	76.287
Investimentos	9	1.339.062	1.260.876	112.801	98.955
Imobilizado, Líquido	11	238.650	207.170	853.458	722.870
Intangível	12	43.809	43.774	450.699	465.845
Direito de uso	13	50.680	22.794	96.286	40.381
Outros ativos não circulante	8.a	-	2	6.069	5.599
Total do ativo não circulante		2.502.311	2.324.707	2.318.172	2.114.733
Total do ativo		2.690.233	2.615.223	2.710.166	2.603.312
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	60.212	21.134	141.788	41.826
Arendamentos	13	20.404	18.734	42.987	43.759
Fornecedores	14	19.741	25.994	52.871	55.704
Outorgas a pagar	15	101	101	11.902	13.969
Salários e encargos sociais	16	14.951	12.819	29.126	23.074
Impostos e contribuições a recolher	6.b	9.483	7.038	35.129	33.336
Parcelamento de impostos	17	8.994	6.705	20.696	18.401
Adiantamento a clientes	19	305	1.435	6.423	2.511
Contas a pagar	20	5.830	17.219	5.830	19.882
Outros passivos circulante	8.b	1.476	13.131	2.000	708
Total do passivo circulante		141.497	124.110	348.762	238.170
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	1.036.198	1.070.864	1.162.606	1.064.736
Arendamentos	13	37.822	14.487	62.341	23.328
Parcelamento de impostos	17	10.878	21.317	31.059	47.551
Provisão para perdas em investimentos	9	601	158	601	158
Passivo com partes relacionadas	7	679.939	651.414	279.501	431.581
Provisão para contingências	18	9.100	13.612	14.969	19.316
Contas a pagar	20	-	20.975	-	20.975
Outros passivos	8.b	14.725	-	30.866	27.701
Total do passivo não circulante		1.789.373	1.792.827	1.581.983	1.655.347
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a	806.843	806.843	806.843	806.843
Reserva para investimentos	21.a	171.055	171.055	171.055	171.055
Ajuste de avaliação patrimonial	-	10.359	10.359	10.359	10.359
(-) Prejuízos acumulados	(248.826)	(289.971)	(240.148)	(289.971)	(240.148)
Outros resultados abrangentes	-	11.254	-	11.254	-
Participação de controladores	-	759.363	698.286	759.363	698.286
Participação de não controladores	-	-	-	20.058	11.509
Total do patrimônio líquido		759.363	698.286	779.421	709.795
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.690.233	2.615.223	2.710.166	2.603.312

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reserva especial de áglo	Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído	Reserva de capital acumulados	Prejuízos abrangentes	Outros resultados abrangentes	Participação de não controladores	Total do Patrimônio líquido
		31/12/2024	31/12/2023							
Saldos em 1º de janeiro de 2023		806.843	14.401	-	10.359	156.654	(278.703)	-	709.554	709.554
Aquisição parcial de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.176
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(11.268)	-	(11.268)	1.333
Saldos em 31 de dezembro de 2023	21	806.843	14.401	-	10.359	156.654	(289.971)	-	698.286	709.795
Outros resultados abrangentes - Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	11.254	11.254	(661)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.111
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	49.823	49.823	6.099
Saldos em 31 de dezembro de 2024	21	806.843	14.401	-	10.359	156.654	(240.148)	11.254	759.363	779.421

### Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	22	295.258	225.403	754.653	658.813
Custo dos serviços prestados	23	(184.815)	(221.278)	(460.165)	(512.582)
Lucro bruto		110.443	4.125	294.488	146.231
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas operacionais	23	(100.915)	(92.807)	(137.152)	(126.953)
Outras receitas (despesas), líquidas		13.526	20.617	8.330	36.048
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		23.056	(68.065)	165.666	55.326
Resultado de equivalência patrimonial	9	101.651	80.005	14.244	11.060
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	92.639	130.987	108.477	134.043
Despesas financeiras	24	(171.206)	(168.111)	(208.823)	(195.006)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		46.138	(25.184)	79.564	5.423
Corrente	6.c	3.685	13.916	3.685	13.916
Diferido	6.c	49.823	(11.268)	55.922	(9.935)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício				6.099	1.333
Atribuível aos quotistas:					
Não controladores				49.823	(11.268)
Controladores				6.099	1.333

### Demonstrações dos resultados abrangentes

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		49.823	(11.268)	55.922	(9.935)
Outros resultados abrangentes - Equivalência patrimonial		11.254	-	11.254	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de tributos		61.077	(11.268)	67.176	(9.935)
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores				6.099	1.333
Controladores				61.077	(11.268)

### Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		336.355	263.892	862.822	765.208
Serviços prestados		340.792	261.775	872.752	758.913
Reversão (Provisão) de para créditos de liquidação duvidosa		(4.437)	2.117	(9.930)	6.295
Insumos adquiridos de terceiros		(9.777)	(106.289)	(246.222)	(268.859)
Custo dos serviços prestados		(88.766)	(75.607)	(220.777)	(227.420)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(10.611)	(30.678)	(35.445)	(41.439)
Valor adicionado bruto		236.978	157.607	600.600	496.349
Retenções		(76.031)	(98.008)	(148.423)	(162.411)
Depreciação e amortização		(73.977)	(98.008)	(143.911)	(162.411)
Provisão para fechamento de ativo		(2.054)	-	(4.512)	-
Valor adicionado líquido produzido		160.947	59.599	458.177	333.938
Valor adicionado recebido em transferência		199.728	215.906	127.054	150.244
Resultado de equivalência patrimonial		101.651	80.005	14.244	11.060
Receitas financeiras		98.077	139.901	112.810	139.184
Despesas financeiras		(360.675)	(275.505)	(585.231)	(484.182)
Distribuição do valor adicionado		360.675	275.505	585.231	484.182
Participação de controladores		87.827	92.027	171.810	162.001
Remuneração direta		63.214	49.760	103.194	96.595
Benefícios		6.874	6.334	12.329	11.057
FGTS		5.031	4.344	9.	



# Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023. (Em milhares de reais)

anterior. A Administração considerou também as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações materiais próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de março de 2025. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e de suas controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. A estrutura societária do Grupo é como segue:

Companhia	Categoria	Participação no capital (%)	
		31/12/2024	31/12/2023
CTRNI	Controlada direta	100	100
CTRA	Controlada direta	100	100
CTRBM	Controlada direta	100	100
SES Haztec	Controlada em conjunto	50	50
ETR Gramacho	Controlada direta	100	100
UTM Jaboatão	Controlada direta	100	100
Vamtec Orizon	Controlada em conjunto	100	50
UTE Paulínia	Controlada em conjunto	33,33	33,33
SPE Iaborar	Controlada direta	100	100
SPE Itapevi	Controlada direta	100	100
SPE Rosário do Catete	Controlada direta	100	100
Orizon Sorocaba Blendagem	Controlada direta	100	100
Orizon Tremembé Ambiental	Controlada direta	100	100
SPE CTR Metropolitana	Controlada direta	100	100
Metropolitana Serviços Ambientais	Controlada indireta	50	50
SPE Maceió	Controlada direta	100	100
Orizon Pantanal	Controlada direta	100	100
CTR Porto Velho	Controlada direta	51	51
CTR Santa Luzia (1)	Controlada em conjunto	50	75

Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada 100 100  
 CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. 100 100  
 Orizon Holding Ceará Ltda. 100 100  
 Oeste Ambiental 100 100  
 Ecoparque Juazeiro do Norte 51 49  
 Biometano Verde Paulínia S.A. 49 49

**Redução da participação societária em virtude do agio da fração remanescente de terreno pela SUMA (Acionista da CTR Santa Luzia) que foi utilizado na transação inicial para integralização de capital. 2.4. Investimento em controladas, coligadas e controladas em conjunto:** Os investimentos da Companhia são registrados com base no método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente registrado ao custo de aquisição. Todas as alterações no patrimônio líquido das investidas são refletidas no investimento da Companhia. **2.5. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação; • Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação; A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

**2.6. Mensuração de valor justo:** A Companhia avalia seus instrumentos financeiros aos respectivos valores justos, levando em consideração o preço de mercado pelo qual o ativo ou passivo poderia ser transferido em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá em conformidade com a premissas da norma, conforme abaixo: • No mercado principal para o ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo de Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; Periodicamente a Companhia faz avaliações de seus instrumentos financeiros, afim de determinar se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo). As divulgações dos instrumentos financeiros e aqueles classificados por seus valores justos estão detalhados na nota 26.

**2.7. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. O CPC 47/ IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a norma, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. 2.7.1. **Receita com engenharia ambiental:** A receita é reconhecida pela competência dos serviços prestados, com base no progresso da execução dos serviços contratados. Os gestores de cada contrato enviam periodicamente status de execução do serviços versus condições contratuais, mensurando a partir desta base as receitas e custos que deverão ser reconhecidos contabilmente. 2.7.2. **Receita com tratamento e destinação de resíduos:** A receita é reconhecida pela competência dos serviços prestados, com base nas medições emitidas para cada cliente. As medições são extraídas do relatório da balança que controla periodicamente o volume de resíduos (TN) recebidos nas unidades de tratamento e destinação de resíduos. Ao final de cada mês são gerados relatórios com volume recebido de cada cliente, valor unitário e receita total. Com base nesta informação a receita é reconhecida contabilmente. 2.7.3. **Receitas com biogás e biometano:** A receita de biogás e biometano é reconhecida pela competência com base em medições, através do controle de vazão de gás bioquímico e biometano auferidos por equipamentos instalados nos aterros sanitários. A partir desta informação extraída, o responsável técnico e gestor de cada contrato obtém as receitas do período pela multiplicação de volumes de gás e biometano com o valor unitário contratado, com esta informação a receita é reconhecida contabilmente. 2.7.4. **Receita com crédito de carbono:** A receita de crédito de carbono é reconhecida pela competência com base em medições, através do controle de redução de emissão de gases poluentes na atmosfera, auferido por equipamentos instalados nos aterros sanitários, e desde que haja preço de venda definido em contrato. A partir desta informação extraída, o responsável técnico e gestor da operação obtém a receita do período pela relação do volume redução de emissão de gases do efeito estufa com o valor unitário contratado, com esta informação a receita é reconhecida contabilmente. 2.7.5. **Receita com consórcios de energia e unidade triagem mecânica (UTM):** A receita de participação em consórcio de energia é reconhecida por competência com base em medições, através de controle de energia gerada e comercializada sob responsabilidade do consórcio ASJA. Com base neste levantamento, as controladas indiretas participantes destes consórcios são remuneradas por meio de participação variável de acordo com as condições contratuais estabelecidas. As receitas das unidades de triagem mecânica, advém do processo de separação dos produtos recicláveis do lixo orgânico e posterior comercialização. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita por competência, após a venda e efetiva entrega dos materiais vendidos ao clientes. 2.7.6. **Receita com a comercialização de energia:** A receita de energia é reconhecida por competência com base na quantidade contratada de energia (MWh) estabelecida em contrato e entregue pela Companhia. 2.7.7. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva. 2.8. **Impostos: imposto de renda e contribuição social - corrente:** A Companhia mensura seus ativos e passivos tributários correntes com base em seus valores recuperáveis ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias utilizadas para cálculo dos valores são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. **Impostos diferidos:** A Companhia avalia e mensura seus impostos ativos e passivos considerando os efeitos das diferenças temporárias apuradas nas transações correntes na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Periodicamente a Companhia revisa o valor contábil dos impostos diferidos ativos e procede ao reconhecimento de baixa de para o resultado do exercício de acordo com estudos e projeções para realização destes créditos. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.9. Imobilizado:** As classes de ativo imobilizado são demonstradas ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o montante na aquisição e/ou construção do ativo. Os demais custos referentes a reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, considerando também as taxas fiscais para os ativos com vida útil definida. Os ecoparques (operações em aterros sanitários) são amortizados de forma variável, considerando capacidade total de recebimento de resíduos nos vales, baseadas em estudos realizados por engenheiros da Companhia e/ou especialistas contratados com o volume recebido de resíduos e o custo de formação dos vales. Os ativos são avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Um item de imobilizado é baixado por motivo de venda ou obsolescência (quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda). Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação e amortização são revisados periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando ocorrerem alterações relevantes nas estimativas de vida útil do ativo. **2.10. Intangíveis:** As classes de ativo intangível são demonstradas ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Os métodos de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados periodicamente e consideram também as taxas fiscais. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil é indefinida para definida e feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.11. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados em conformidade com o CPC 48 / IFRS 9 e as informações detalhadas estão apresentadas na nota 26. **Ativos financeiros:** A Companhia reconhece seus instrumentos financeiros ao custo amortizado ou por se valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação. A classificação deste instrumento é avaliada pela Companhia de acordo com a característica de cada instrumento. **Reconhecimento inicial e mensuração:** Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no todo, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são regularmente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros correspondiam basicamente a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes e de partes relacionadas. **Passivos financeiros:** A Companhia avalia seus passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem basicamente os empréstimos e financiamentos, arrendamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debentures emitidos, empréstimos e financiamentos contratuais sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de liquidar os passivos reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou aplicar o ativo e compensar o passivo reconhecido. **2.12. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com o finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, além de possuir vencimento de curto prazo para realização. **2.13. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do

valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas periodicamente pela Companhia e ajustadas quando necessário. **2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas civis e trabalhistas avaliadas pelo jurídico e consultores com possibilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Vidas Úteis do ativo imobilizado:** Os valores contábeis do ativo imobilizado são baseados em estimativas, premissas e julgamentos relativos aos custos capitalizados e a capacidade total das operações de aterro sanitário (ecoparque) para recebimento de resíduos sólidos. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Ao longo de cada exercício, a Companhia avalia a realização dos saldos de contas a receber com base em estimativa a partir da ponderação dos riscos de perda de cada grupo do "aging list", considerando os diferentes riscos de acordo com as operações de cobrança e a probabilidade futura de inadimplência, na melhor expectativa da administração. A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, considerando histórico de inadimplência por faixa de idade. **Análise de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu perdas para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, no montante de R\$68.062, relativo a baixa de ativos do segmento de engenharia. Em 31 de dezembro 2024, não houve provisão de impairment. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Estas normas estão descritas a seguir:

2.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:	Vigência
Pronunciamento IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entraram em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 - demonstrações contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

O CPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissões Ambientais e Créditos de Descarbonização (CBO).

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras para os períodos vigentes obrigatórios indicados.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa			243	
Bancos	8.240	6.981	27.032	39.649
Certificado de depósito bancário (CDB)	4.053	209.880	22.890	209.879
Total	12.293	216.861	50.165	249.528

Os equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. Os certificados de depósito bancários possuem remuneração aproximada de 100% do CDI.

### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e valores mobiliários Circulante	50.906	30	55.364	8.132
Não circulante	8.504	30	12.962	8.132
Total	42.402	-	42.402	-

O saldo de aplicações financeiras constitui-se de recursos com rentabilidade via aplicações em CDB, sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate e remuneradas a rendimentos próximos a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário ("CDIs").

### 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber	51.316	42.073	297.616	295.829
Serviços a faturar (1)	68.639	56.955	122.408	102.872
Total	119.955	99.028	420.024	398.701
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.843)	(17.406)	(164.890)	(154.960)
Total	98.112	81.622	255.134	243.741

Circulante 56.286 40.956 169.906 167.386  
 Não circulante 41.826 40.666 85.228 76.355

(1) O saldo de serviços a faturar refere-se a (i) Créditos de Carbono comercializados conforme as condições contratuais, que serão oportunamente baixados do contas a receber de acordo com o processo de registro, verificação e entrega; e (ii) A apropriação por competência, com base nos boletins de medição que indicam a efetiva prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas, cujos saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento. A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	15.468	13.027	56.455	65.706
Vencidos até 30 dias	8.986	2.213	20.314	13.602
Vencidos de 31 a 60 dias	468	1.024	5.739	6.726
Vencidos de 61 a 90 dias	650	219	3.285	8.446
Vencidos de 91 a 180 dias	1.825	356	12.785	13.270
Vencidos de 181 a 360 dias	1.128	5.754	12.581	22.843
Vencidos acima de 360 dias	22.791	19.480	186.457	165.236
Total	51.316	42.073	297.616	295.829

Dos saldos a receber da controlada CTRA junto a PMSG, no montante de R\$43.215, sendo R\$15.862 estão integralmente classificados na faixa de vencidos acima de 360 dias. Há processo em andamento de medição que indicam a efetiva prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas, cujos saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento. A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vencidos até 30 dias	(17.406)	(19.523)	(154.960)	(161.255)
Constituição de provisão, líquida de reversão	(4.437)	2.117	(9.930)	6.295
Saldo no fim do semestre/exercício	(21.843)	(17.406)	(164.890)	(154.960)

A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinados clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis não devem ser considerados para fins de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver indicativo de perda quando da realização, tais como serviços prestados a empresas do mesmo Grupo Econômico. A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 31 de dezembro de 2024. Conforme detalhado na Nota 1, d, há acordo firmado pela controlada CTRA junto a Concedente com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o recebimento dos valores, cuja movimentação está apresentada abaixo:

Movimentação do acordo		
Saldo em 1º de janeiro de 2023	14.600	
Parcelas recebidas em 2023	(1.200)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.400	
Parcelas recebidas em 2024	(600)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.800	
Comercialização de créditos de carbono (Consolidado):	As informações dos saldos em aberto dos créditos de carbono comercializados, que estão aguardando a conclusão do processo de certificação para entrega, estão detalhadas no quadro abaixo:	
Período de geração de créditos	Quantidade de Créditos de Carbono (tCO2e)	Saldo em (R\$ Mil)
Empresa		
CTRNI	01-01-21 a 31-12-21	563
CTRA	01-01-21 a 31-12-21	422
OMA	01-01-21 a 31-12-21	491
		37.849

Os créditos gerados em contratos anteriores a 2021, foram integralmente entregues e parcialmente recebidos até 2024, cujo montante correspondeu R\$7.493. Os valores estão impactados pelos efeitos de variação cambial atualizada até 31 de dezembro de 2024. O saldo total apresentado está alocado como serviços a faturar na rubrica de contas a receber. Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou a venda dos créditos de carbono gerados em 2021 no montante de R\$39.275 através das controladas CTRNI, CTRA, Ecopessa (Incorporada em maio de 2022 pela OMA). O montante atualizado para 31 de dezembro de 2024, considerando o efeito de variação cambial é de R\$37.849 (R\$31.448 em 31 de dezembro de 2023). Estes contratos abrangem todo o volume de créditos de carbono gerados no exercício de 2021, sem estipular volume mínimo ou máximo e prazo de entrega. O contrato inicialmente tem preço-base para os projetos no âmbito do Clean Development Mechanism ("CDM") com preço adicional caso a Companhia esteja apta ao mercado voluntário. O processo de enquadramento em entidade é composto pelas seguintes etapas e está em fase de desenvolvimento pela Companhia: 1. Desenvolvimento do projeto; 2. Consulta aos stakeholders do projeto (órgãos fiscalizadores, comunidades locais, ONGs, etc); 3. Envio do projeto para a nova entidade; 4. Revisão do projeto pela nova entidade; 5. Certificação do projeto. Em 05 de agosto de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Jaboatão dos Guararapes (Orizon Meio Ambiente), junto ao Gold Standard, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios socioambientais. Em 16 de setembro de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Sergipe, junto ao Gold Standard, gerará cerca de 290 mil tCO2eq de carbono por ano.

### 6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Impostos a recuperar	10.653	6.962	23.492	13.437
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	952	1.550	1.994	1.637
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	2.424	-	3.973	1.317
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	273	248	1.355	700
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	-	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.121	1.007	6.053	3.064
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	76	75	108	106
Outros impostos a recuperar	111	1	632	410
Subtotal - tributos federais	15.610	9.843	37.607	20.671
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	8	18	36	76
Subtotal - tributos estaduais	8	18	36	76
Imposto sobre Serviços (ISS)	1.834	1.643	5.750	4.146
Subtotal - tributos municipais	1.834	1.643	5.750	4.146
Total	17.452	11.504	43.393	24.893

Os saldos apresentados referem-se principalmente (i) aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais



# Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais)

formalizações de garantias em razão do fato de que as empresas do Grupo estão sob a mesma gestão econômico-financeira. Adicionalmente, a Companhia possui debêntures a receber da controladora Orizon Valorização de Resíduos com seus respectivos efeitos no resultado do exercício detalhados na Nota 10. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A Companhia considera como "Pessoal-chave da Administração" somente os integrantes da sua diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração. Nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi resumida como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
Remuneração do pessoal-chave da Administração	5.254	3.967		
Outros: A Companhia não possui obrigações adicionais de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global e anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. <b>Formação de investida para produção de biometano em Paulínia:</b> A Companhia concluiu a transação com a Compass para operação por um período de 20 anos em que se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano (Vide Notas 1 e 27).				

### 8. ADIANTAMENTOS E OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Outros ativos</b>				
Adiantamento de outorgas (1)	-	-	5.850	5.850
Adiantamentos a funcionários (2)	523	2	4.622	2
Adiantamentos a fornecedores (3)	7.295	1.584	16.701	14.651
Despesas antecipadas - Aquisição de novos negócios (4)	16.700	17.703	16.700	17.703
Outros (5)	6.106	2.215	15.001	6.033
<b>Total</b>	<b>30.624</b>	<b>21.504</b>	<b>58.874</b>	<b>44.239</b>
<b>Circulante</b>	<b>30.624</b>	<b>21.502</b>	<b>52.805</b>	<b>38.640</b>
Não circulante	-	2	6.069	5.599

(1) Refere-se ao adiantamento de outorgas futuras à Prefeitura Municipal de São Gonçalo via abatimento no montante fixo mensal de R\$65 nas faturas emitidas contra a mesma, para compensações futuras de outorgas sobre recata de venda de créditos de carbono, conforme previsto no contrato de concessão. Considerando que a geração de créditos de carbono teve início em 2016, os valores deverão começar a ser realizados após a finalização da pericial judicial sobre os valores com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo (Nota 1). (2) Refere-se, substancialmente, a saldos de adiantamentos a funcionários (salários, férias, viagens, dentre outros). (3) Refere-se principalmente a valores de adiantamento a fornecedores de serviços, seguros patrimoniais e saúde. (4) Refere-se a empréstimos realizados no contexto da aquisição do ecoparque de Porto Velho, dos quais R\$15.242 estão em aberto, com remuneração de IPCA+1% a.m. Adicionalmente, em agosto de 2023, ocorreram outros aportes em função de avaliação para aquisição de novos investimentos. (5) O saldo em aberto se refere à controladora indireta CTRNI, que possui o montante de R\$4.596 provisionado na rubrica de contingência, referente à potencial cobrança de ICMS sobre comercialização de biogás. Em contrapartida, foi registrado ativo no mesmo montante, uma vez que este imposto seria adicionado ao preço final em caso de incidência real sobre a operação. Além disto, há transações referentes a estoques de armazenado e apólices de seguro contratadas para as operações. Entre outros.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Outros passivos</b>				
Aquisições a pagar (1)	-	-	3.292	4.471
Outros títulos a pagar (2)	1.476	460	2.008	841
Provisão para fechamento de aterro (3)	14.725	12.671	27.566	23.097
<b>Total</b>	<b>16.201</b>	<b>13.131</b>	<b>32.866</b>	<b>28.409</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.476</b>	<b>13.131</b>	<b>2.000</b>	<b>708</b>
Não circulante	14.725	-	30.866	27.701

(1) Refere-se a saldo em aberto pelas aquisições da CGR Cuiabá e CGR Ambiental, conforme detalhado na nota 1. (2) Refere-se principalmente a montantes originados de acordos com fornecedores judiciais cujos pagamentos estão parcelados. (3) Refere-se a valores provisionados para fechamento de aterros provenientes das recentes aquisições: SPE Paulínia, SPE Itapevi, SPE Tremembe e SPE Rosário do Catete. A provisão ocorre pelo fato de tais aterros serem privados, cuja obrigação de desmobilização é da Companhia.

### Composição do saldo: Informações financeiras das controladoras diretas e controladas em conjunto:

	CTRNI		CTRA		CTRBM		Haztec (I)		GRAMACHO		VAMTEC	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>195.551</b>	<b>200.720</b>	<b>74.382</b>	<b>(316)</b>	<b>24.025</b>	<b>3.862</b>	<b>1.339.062</b>	<b>1.260.876</b>	<b>112.801</b>	<b>98.656</b>	<b>(601)</b>	<b>(158)</b>
31/12/2023	180.421	176.257	63.291	(316)	23.347	5.476	1.338.461	1.260.718	112.200	98.737	-	-

(i) A SES Haztec não possui resultados para o período e exercício apresentados. Adicionalmente, o resultado da Vamtec Haztec já foi reconhecido na Orizon Meio Ambiente, a qual detém participação de 50% nesta investida, tendo efeito apenas no consolidado da ORIZON. (ii) Em virtude da incorporação, o prejuízo acumulado da SPE Paulínia reflete os meses de janeiro e fevereiro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos	1.339.062	1.260.876	112.801	98.656
Provisão para perdas em investimentos (*)	(601)	(158)	(601)	(158)
Total, líquido	<b>1.338.461</b>	<b>1.260.718</b>	<b>112.200</b>	<b>98.737</b>

(\*) A provisão para perdas em investimentos está classificada no passivo não circulante.

### 10. DEBÊNTURES

Conforme detalhado na Nota 13, em 23 de abril, a Companhia e o Fundo de Liquidação Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados ("FIDC NP"), assinaram a Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em cinco séries, para distribuição privada da Companhia, tendo a Orizon Valorização de Resíduos como interveniente, com vencimento único em 23 de abril de 2029. Em contrapartida da emissão das debêntures citadas acima, o FIDC NP entregou as debêntures da Orizon Valorização de Resíduos a Companhia. As debêntures entregues da controladora Orizon Valorização de Resíduos pelo FIDC NP à Companhia, estavam anteriormente escrituradas pelo Sindicato formado pelos bancos Bradesco, Santander, Itaú e Hantong, através das 4ª e 5ª emissões de debêntures emitidas em 6 de fevereiro de 2013 e em 12 de janeiro de 2015. Até 31 de outubro de 2019 apenas as debêntures delatadas pelos bancos Santander, Hantong e Itaú haviam sido adquiridas pelo FIDC NP e entregues a Companhia. Em 1º de novembro de 2019, o FIDC NP concluiu o processo de aquisição das debêntures delatadas até então pelo Banco Bradesco. De forma similar à operação anterior, o FIDC entregou às respectivas debêntures em contrapartida da Terceira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações por parte da Orizon Meio Ambiente no valor de R\$112.040. Na mesma data, a Orizon Meio Ambiente e o FIDC NP aditaram a Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples transformando-a também em conversíveis nos mesmos moldes da terceira emissão. Dessa forma, as Escrituras de debêntures das 4ª e 5ª emissões supracitadas passaram a ter a Orizon Meio Ambiente em sua composição, cuja devedora é a Orizon

### 9. INVESTIMENTOS

A movimentação dos investimentos para 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Controladora - 31/12/2024		Resultado		31/12/2024		31/12/2023	
	Aumen- to de capital	Divi- dên- dos/ Reclas- sifica- ções	Abran- gentes/ Equiva- lência	Amorti- zação intangível	de equiva- lência	31/12/2024	31/12/2023	
CTRNI	180.421	-	-	-	15.130	195.551	154.170	
CTRA	176.257	-	-	-	24.463	200.720	163.574	
CTRBM	63.291	-	-	-	11.091	74.382	62.697	
CTR Porto Velho	12.174	(828)	-	-	6.866	18.212	(158)	
SES Haztec (I)	(158)	-	-	-	(158)	18.212	158	
ETR Gramacho	23.347	-	-	-	678	24.025	23.347	
Vamtec Haztec	2.738	(1.592)	-	-	785	1.931	2.738	
UTM Jaboatão	76.760	-	-	-	(12.177)	64.583	76.760	
UTE Paulínia	9.814	(9.574)	-	-	8.824	9.064	9.814	
SPE Itapevi	37.885	-	-	-	(2.970)	34.915	37.885	
SPE Itapevi	17.103	-	-	-	6.831	23.934	17.103	
Rosario do Catete	59.300	-	-	-	(4.732)	54.568	59.300	
SPE Sorocaba	10.209	-	-	-	(553)	9.656	10.209	
SPE Tremembe	29.949	-	-	-	17.475	47.424	29.949	
SPE CTR Metropolitana	12.617	-	-	-	2.146	14.763	12.617	
SPE Maceio	62.165	-	-	-	4.886	67.051	62.165	
Orizon Pantanal	6.194	-	-	-	21.107	27.301	6.194	
Santa Luzia	24.087	-	-	-	11.286	35.386	24.087	
Biometano Verde Paulínia	49.700	(963)	-	-	1.347	50.084	49.700	
Orizon Holding Ceara	(1)	-	-	-	(449)	(450)	(1)	
Oeste Ambiental	-	-	-	-	(239)	(239)	-	
Intangível concessão	-	-	-	-	-	-	-	
CTRNI	6.844	-	-	-	(612)	6.232	6.844	
CTRA	902	-	-	-	(295)	607	902	
ETR Gramacho - intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	
Rentabilidade futura	2.731	-	-	-	-	2.731	2.731	
Ecopesa - intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	
Rentabilidade futura	2.543	-	-	-	-	2.543	2.543	
Ativo imobilizado	3.647	-	-	-	(557)	3.090	3.647	
Carteira de clientes	172	-	-	-	(172)	-	172	
SPEs - intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	
Carteira de clientes	2.351	-	-	-	(269)	2.082	2.351	
Ativo imobilizado	34.178	-	-	-	(5.927)	28.251	34.178	
Licenças	353.499	5.278	-	-	(22.055)	336.722	353.499	
Provisão para realização de investimentos	-	-	-	-	(443)	(443)	-	
<b>Total</b>	<b>1.260.719</b>	<b>(5.308)</b>	<b>11.286</b>	<b>(29.887)</b>	<b>101.651</b>	<b>1.338.461</b>	<b>1.260.718</b>	

	Controladora - 31/12/2024		Resultado		31/12/2024		31/12/2023	
	Aumen- to de capital	Reclas- sifica- ções	Incorpo- ração Paulínia	Amorti- zação SPE concessão	de equiva- lência	31/12/2024	31/12/2023	
CTRNI	154.170	-	-	-	-	26.251	180.421	
CTRA	163.574	-	-	-	-	12.683	176.257	
CTRBM	62.697	-	-	-	-	594	63.291	
CTR Porto Velho	-	785	10.000	-	-	1.389	12.174	
SES Haztec	(158)	-	-	-	-	-	(158)	
ETR Gramacho	14.873	8.204	-	-	-	270	23.347	
Vamtec Haztec	2.316	-	993	-	-	(571)	2.738	
UTM Jaboatão	69.585	15.777	-	-	-	(10.385)	76.760	
UTE Paulínia	30.940	(30.703)	-	-	-	9.577	9.814	
SPE Itaborai	38.475	-	-	-	-	(590)	37.885	
SPE Itapevi	16.953	-	-	-	-	150	17.103	
SPE Paulínia	111.909	-	(108.981)	-	-	(2.928)	111.909	
Rosario do Catete	63.372	-	-	-	-	(4.072)	59.300	
SPE Sorocaba	11.850	-	-	-	-	(1.641)	10.209	
SPE Tremembe	15.913	-	-	-	-	14.036	29.949	
SPE CTR Metropolitana	10.824	10	-	-	-	1.783	12.617	
SPE Maceio	40.830	1.079	-	-	-	20.256	62.165	
Orizon Pantanal	(5.642)	-	-	-	-	11.836	6.194	
Santa Luzia	-	-	23.421	-	-	666	24.087	
Biometano Verde Paulínia	-	-	49.000	-	-	699	49.699	
Orizon Holding Ceara	-	-	-	-	-	(1)	(1)	
Intangível concessão	-	-	-	-	-	-	-	
CTRNI	7.456	-	-	-	(612)	6.844	7.456	
CTRA	1.197	-	-	-	(295)	902	1.197	
ETR Gramacho - intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	
Rentabilidade futura	2.731	-	-	-	-	2.731	2.731	
Ecopesa - intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	
Rentabilidade futura	2.543	-	-	-	-	2.543	2.543	
Ativo imobilizado	4.204	-	-	-	(557)	3.647	4.204	
Carteira de clientes	347	-	-	-	(175)	172	347	
SPEs - intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	
Carteira de clientes	2.620	-	-	-	(269)	2.351	2.620	
Ativo imobilizado	33.910	6.120	-	-	(5.852)	34.178	33.910	
Licenças	381.644	(6.120)	-	-	(22.025)	353.499	381.644	
Provisão no preço de alocação	(4.799)	-	4.799	-	-	-	(4.799)	
<b>Total</b>	<b>1.234.314</b>	<b>(3.048)</b>	<b>88.213</b>	<b>(108.981)</b>	<b>(29.785)</b>	<b>80.005</b>	<b>1.260.718</b>	

### Composição do saldo: Informações financeiras das controladoras diretas e controladas em conjunto:

	CTRNI		CTRA		CTRBM		Haztec (I)		GRAMACHO		VAMTEC	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>195.551</b>	<b>200.720</b>	<b>74.382</b>	<b>(316)</b>	<b>24.025</b>	<b>3.862</b>	<b>1.339.062</b>	<b>1.260.876</b>	<b>112.801</b>	<b>98.656</b>	<b>(601)</b>	<b>(158)</b>
31/12/2023	180.421	176.257	63.291	(316)	23.347	5.476	1.338.461	1.260.718	112.200	98.737	-	-

(i) A SES Haztec não possui resultados para o período e exercício apresentados. Adicionalmente, o resultado da Vamtec Haztec já foi reconhecido na Orizon Meio Ambiente, a qual detém participação de 50% nesta investida, tendo efeito apenas no consolidado da ORIZON. (ii) Em virtude da incorporação, o prejuízo acumulado da SPE Paulínia reflete os meses de janeiro e fevereiro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos	1.339.062	1.260.876	112.801	98.656
Provisão para perdas em investimentos (*)	(601)	(158)	(601)	(158)
Total, líquido	<b>1.338.461</b>	<b>1.260.718</b>	<b>112.200</b>	<b>98.737</b>

(\*) A provisão para perdas em investimentos está classificada no passivo não circulante.

### 11. IMOBILIZADO (CONTROLADORA)



# Orizon Meio Ambiente S.A.

## CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023. (Em milhares de reais)

**CTR NI - Banco Votorantim (Consolidado).** Em 1º de abril de 2024, a controlada indireta CTRNI firmou Termo de Emissão de Notas Comerciais Escrituradas, em Série Única, no montante de R\$65.000, representado por 65.000 notas comerciais. A dívida será liquidada em 4 parcelas semestrais de R\$16.250, vencendo a primeira em 02 de outubro 2024 e a última em 02 de abril 2026, com remuneração de 100% da manutenção do CDI + 2,65% a.a. O Termo também possui cláusula de vencimento antecipado condicionada à manutenção de determinadas condições previstas no documento. As dívidas possuem alguns covenants financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outras itens de vencimento antecipado: A dívida possui alguns covenants financeiros e não financeiros em linha com os outros empréstimos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui obrigações descumpridas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui obrigações descumpridas *Assunção de dívida - Banco Bradesco (Controladora).* Em 23 de junho de 2020 a dívida que a Synthesis possuía junto ao Bradesco foi cedida para a Orizon Meio Ambiente, passando a Orizon a ser devedora de sua controlada direta e quitando a dívida que possuía em aberto com a Synthesis. Em virtude desta transação, a Companhia possui reconhecido montante de R\$21.234 (R\$23.860 em 31 de dezembro de 2023) como ajuste a valor presente, de forma a refletir o fluxo temporal dos valores a receber da controladora Orizon Valorização de Resíduos. O efeito do ajuste a valor presente reduziu a dívida reconhecida em conta reductora no passivo, que será realizado até o vencimento da mesma. Desse modo, o Banco Bradesco S.A. e Orizon Meio Ambiente, com intervenção e garantia da Companhia, firmaram Instrumento Particular de Confissão, Assunção de Dívida e Outras Avenças, na qual a Orizon Meio Ambiente assumiu a posição da Synthesis junto ao Banco Bradesco, a ser pago da seguinte forma: (a) 12 parcelas no valor de R\$327, mensais e consecutivas, e; (b) O saldo devedor remanescente no dia 30 de abril de 2025. Após 19 de junho de 2021, os juros remuneratórios passaram a ser calculados a 0,08% ao mês, equivalente a taxa anual de 1% e, sobre o valor acrescido, atualizações de acordo com a flutuação diária correspondente a 100% da taxa dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, de prazo igual a um dia útil, apurada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. No referido documento, Synthesis e a Orizon Valorização de Resíduos, em decorrência do ajustado no Instrumento de Confissão e Assunção de Dívida, outorgaram-se mútua e recíproca quitação, para não mais reclamarem, uma da outra, a que tempo ou título for em relação ao saldo existente entre as partes.

**Emissão de novas debêntures - 4ª Emissão (Controladora).** Em 16 de novembro de 2021, foi aprovada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária, em 2 séries, da Orizon Meio Ambiente, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (revogada pela CVM nº 160 de 02 de dezembro de 2022), conforme alterada, de 500.000 Debêntures, sendo: (i) 250.000 Debêntures da primeira série; e (ii) 250.000 Debêntures da segunda série, perfazendo o montante total de R\$500.000 na data de emissão. Os recursos captados na Emissão das Debêntures da Primeira Série serão utilizados exclusivamente para os custos relativos à Emissão, e para a consecução, adequação e ampliação das centrais de tratamento de resíduos localizadas em Barra Mansa, Nova Iguaçu e Alcantara, enquanto os recursos captados na Emissão das Debêntures da Segunda Série serão utilizados para refinanciamento de dívidas existentes e para utilização geral da Companhia, de acordo com seu objeto social. As séries foram emitidas pela controlada Orizon Meio Ambiente. As debêntures possuem prazo de carência de principal e a partir novembro de 2023, os valores de principal e juros começaram a ser pagas em parcelas semestrais até os respectivos vencimentos da primeira e segunda série, em 15 de novembro de 2035 e 15 de novembro de 2031, respectivamente. As correções das séries ocorrerão pelo CDI + 3,8% a.a. e IPCA + 6,76% a.a., respectivamente. A referida Escritura Particular possui alguns covenants financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escriturarem estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 30 de setembro de 2022. Dentre estas destacam-se: • Listagem da controlada Orizon Meio Ambiente na CVM - Tipo B. No 4º trimestre de 2022, a Orizon Meio Ambiente teve seu registro na CVM ("Comissão de Valores Mobiliários") na categoria Tipo B para realização de transações de capital. • Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - Deve ser igual ou inferior a 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesas Financeiras - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Não inferior a 1,25x; • Não estar inadimplente para com os devedoristas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decretar decreto falência da devedora ou de qualquer fiadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2024, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 5ª Emissão:* Em 11 de novembro de 2022 ("RCA"), foi aprovada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária em 1 (uma) série única, da Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") ("Debêntures"), controlada da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160 de 02 de dezembro de 2022), de 400.000 (quatrocentos mil) Debêntures, perfazendo o montante total de R\$400.000, (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"). Os recursos captados na Emissão de Resíduos serão utilizados para: (i) refinanciamento de dívidas existentes da OMA, e (ii) financiamento do plano de expansão da Companhia e suas investidas. As debêntures possuem prazo de carência de principal até dezembro de 2025, sendo que os valores de principal começarão a ser pagos em 36 parcelas mensais até novembro de 2028. Os juros começaram a ser pagos mensalmente a partir de dezembro de 2022. A remuneração desta emissão ocorrerá por 100% CDI + 2,4% a.a. A referida Escritura Particular possui alguns covenants financeiros e não financeiros, relacionados principalmente a situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escriturarem estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 31 de dezembro de 2022. Dentre estas destacam-se: • Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua controlada Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - Deve ser igual ou inferior a 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Não estar inadimplente para com os devedoristas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decreto falência da devedora ou de qualquer fiadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2024, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas.

**Celebração de contrato de financiamento com a International Finance Corporation (IFC).** Em 30 de setembro de 2023, a Companhia celebrou contrato de financiamento com a International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial voltado ao setor privado, para fortalecer a estratégia de crescimento e posicionamento do grupo. O Financiamento, no montante de R\$130.000, foi desembolsado em 04 setembro de 2023, objetivando, principalmente, reembolso de investimentos realizados em triagem mecanizada e estações de tratamento de chorume, com vencimento final em 15 de abril de 2031, com 1 ano de carência de principal e pagamentos semestrais de juros e principal. O financiamento possui alguns covenants financeiros e não financeiros, destacando-se abaixo os principais: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - Deve ser inferior ou igual a 4,5x a 3,5x, devendo a menor ocorrer a partir de 2025; • Relação EBITDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Índice de cobertura do serviço da dívida - Não inferior a 1,25x; • Restrição a reorganizações societárias exceto pelos casos permitidos no contrato de empréstimo; **5ª Emissão de Debêntures Simples - Não Conversíveis em Ações - Aditamento à 4ª Emissão:** Em 30 de janeiro de 2015, a Orizon Valorização de Resíduos emitiu a Escritura Particular de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fiduciárias, no valor de R\$150.000, em série única, pelo prazo de 7 anos, ao custo de 100% da variação acumulada da DI-Spread que varia de 2,50% a 4% a.a., dependendo da relação "Dívida Líquida EBITDA". As debêntures possuem prazo de carência de principal e juros de 24 meses com cronograma de pagamento a partir de janeiro de 2017, devendo os valores de principal e juros começarem a ser pagos trimestralmente, em 21 parcelas, até o vencimento destas debêntures, que originalmente deveria ocorrer em janeiro de 2022. Conforme detalhado nesta nota, a operação estava suportada por *waiver* obtido em 2021 com validade até novembro de 2023 com efeito de suspensão de vencimento desta dívida. A 5ª Emissão de Debêntures da Companhia foi repactuada em 26 de dezembro de 2022, sendo mantidos os covenants financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação dos devedoristas e das instituições financeiras que escriturarem estas debêntures.

**Repactuação da 5ª emissão e Quitação da 4ª emissão de Debêntures Simples:** Em 26 de dezembro de 2022, foi assinado Instrumento ("*Term Sheet*") entre a Orizon Meio Ambiente ("Credora") e a Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), objetivando a repactuação da 5ª Emissão de Debêntures Simples. Esta repactuação propõe alteração no fluxo de pagamento, cuja primeira parcela deverá ser quitada em 26 de dezembro de 2024 e a última em 26 de dezembro de 2032, mantendo-se as mesmas condições de remuneração e cláusulas restritivas, firmados na Escritura Original destas debêntures. Em 29 de dezembro de 2022, foi assinado, pela Companhia ("Credora") e pela controladora Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), termo de quitação integral da 4ª Emissão de Debêntures Simples, cuja quitação ocorreu pelo valor R\$305.964. Na data da quitação, a dívida estava atualizada com valor de face de R\$381.912, com efeito de dedução do AVJ no montante de R\$75.948. Na data da quitação, foram apurados os devidos impostos sobre a realização do AVJ, tratando na origem com efeitos de diferimento de temporalidade. O saldo de AVP e seu respectivos impostos diferidos foram revertidos no montante de R\$59.060, sendo neutralizados no consolidado pelo lançamento da controlada.

**Arrendamentos (Consolidado):** A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento mercantil firmados no curso normal de suas operações inerentes às suas atividades operacionais. A Companhia adota os seguintes procedimentos na mensuração dos impostos de renda em função quando da aplicação do CPC 06 (RZ/IFRS 16): • Aplicação de uma taxa de desconto única para a carteira de arrendamentos com características semelhantes. A Companhia adotou a taxa de 9,5% a.a. em consonância com o custo médio de capital. • Aplicação da isenção de não reconhecimento dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos serão reconhecidos com uma despesa em base linear durante o prazo contratual. As despesas dos contratos não alcançados pelo CPC 06 (RZ/IFRS 16) estão alocadas na rubrica de locação de equipamentos. • Utilização de informação observável retrospectiva para determinar o prazo de arrendamento, considerando as opções de extensão ou rescisão contratual. *Orizon Meio Ambiente - Banco Safra:* Em 18 de outubro de 2022, a Companhia assinou 2 Contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro com o Banco Safra, no montante total de R\$9.667. Os objetos dos contratos são arrendamentos de unidades de tratamento de chorume procedente de aterro sanitário (ecoparque) por osmose reversa. A dívida será liquidada em 48 parcelas mensais, vencendo a primeira em novembro de 2022 e a última em outubro de 2026, com remuneração de 2,86% a.a. O Termo também possui cláusula de vencimento antecipado condicionada à manutenção de determinadas condições previstas no documento, tais como: ausência no pagamento de parcelas do contrato, obrigações de IPVA, multas por infração de trânsito, dentre outros. *Orizon Meio Ambiente - Société Générale Equipment Finance S.A.:* Em 17 de agosto de 2023, a OMA firmou com o Société Générale Equipment Finance S.A. contrato de financiamento para aquisição de central de sucção e queima de biogás no montante de 7.337. O financiamento será liquidado em 48 parcelas mensais de R\$135, vencendo a primeira em 28 de outubro de 2023 e a última em 28 de setembro de 2028, com remuneração de CDI + 3% a.a.

A movimentação dos arrendamentos para 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	21.556	55.756
Adição de novos contratos no período - IFRS 16	12.284	29.936
Adição por incorporação - Paulínia	13.719	-
Pagamento de principal	(15.377)	(32.162)
Pagamento de juros	(2.244)	(4.349)
Juros apropriados no exercício	3.281	3.907
Saldo em 31 de dezembro de 2023	33.221	52.088
Adição de novos contratos no período - IFRS 16	52.432	111.042
Adição de novos contratos - IFRS 16	(7.998)	(8.731)
Pagamento de principal	(20.322)	(49.935)
Pagamento de juros	(3.303)	(6.675)
Juros apropriados no exercício	4.306	7.589
Saldo em 31 de dezembro de 2024	59.336	105.378
Circulante	20.404	42.997
Não circulante	37.932	62.381

**Cronograma de pagamentos (consolidado):** Em 31 de dezembro de 2024, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Controladora	Consolidado
2025	33.827	56.738
2026	1.674	2.711
2027	1.067	1.234
2028	897	1.037
2029 em diante	467	661
Total	37.932	62.381

**Ativo de direito de uso (Consolidado):** Os ativos classificados como direito de uso são referentes principalmente à contratos de locação de equipamentos e terrenos para operações nos aterros sanitários e projetos, e possuem duração média de 1 a 7 anos, podendo ser os mesmos renovados no final destes contratos. Em 31 de dezembro de 2024, as movimentações e informações de saldos de ativos de direito de uso estão detalhadas no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	10.923	42.258
Adições no novos contratos	12.284	28.936
Adição por incorporação - Paulínia	12.896	-
Amortização do direito de uso no exercício	(13.309)	(30.813)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.794	40.381
Saldo em 31 de dezembro de 2024	52.432	111.042
Adição de novos contratos - IFRS 16	-	-
Adição de novos contratos	-	-
Amortização do direito de uso no exercício	(16.548)	(46.406)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	50.880	99.286

**Direito de PIS e COFINS a recuperar (Consolidado):** A Companhia possui o direito de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre fluxo contratual bruto, em 31 de dezembro de 2024 de R\$4.619 (R\$2.975 em 31 de dezembro de 2023).

**14. FORNECEDORES**  
Os saldos em aberto referem-se principalmente à aquisição de materiais e serviços para operação em projetos da controladora e nos outros sanitários das controladas. A seguir, estão demonstrados os saldos em aberto para 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora	Consolidado
31/12/2024	19.741	25.794
31/12/2023	52.871	55.704

**15. OUTORGAS A PAGAR (CONSOLIDADO)**  
Referem-se aos valores correspondentes de 2% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA e CTRMB) para outros clientes que não o poder concedente.

	Controladora	Consolidado
31/12/2024	19.741	25.794
31/12/2023	52.871	55.704

**16. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS**

	Controladora	Consolidado
31/12/2024	1.850	2.567
31/12/2023	3.482	1.764
31/12/2024	443	426
31/12/2023	7.350	6.831
31/12/2024	1.428	910
31/12/2023	398	321
31/12/2024	14.951	12.819
31/12/2023	-	29.126

**17. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS**

	Controladora	Consolidado
31/12/2024	3.195	4.291
31/12/2023	-	562
31/12/2024	800	1.248
31/12/2023	6.116	9.781
31/12/2024	1.426	2.934
31/12/2023	4.267	1.219
31/12/2024	2.338	3.310
31/12/2023	1.830	4.677
31/12/2024	8.994	6.905
31/12/2023	10.878	21.317
31/12/2024	1.632	4.659
31/12/2023	3.263	9.318
31/12/2024	3.263	9.318
31/12/2023	2.720	7.764
31/12/2024	10.878	31.059
31/12/2023	-	47.581

**18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**  
a) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável: Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, a Administração registrou uma provisão para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis. Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
31/12/2024	5.523	10.118
31/12/2023	791	768
31/12/2024	2.786	2.726
31/12/2023	9.100	13.612

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

	Controladora	Cível	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	13.624	3.316	17.140
Adições/Reversões	(2.317)	(300)	1.019
Pagamentos	(11.389)	(2.248)	(3.637)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.118	768	13.612
Adições/Reversões	(4.434)	214	(3.182)
Pagamentos	(161)	(1.015)	(1.330)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.523	791	9.100

	Consolidado	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	14.930	4.596	22.914
Adições/Reversões	(2.331)	2.726	(300)
Pagamentos	(1.389)	-	(3.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.210	7.322	19.316
Adições/Reversões	(4.242)	223	(2.419)
Pagamentos	(173)	(1.63)	(1.928)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.795	792	14.969

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adição de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões. Além disto, estão registrados montantes provisionados sobre riscos relacionados a pagamentos ao corpo executivo. A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constituiu provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a companhia é imputada (natureza passiva) dos processos. b) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas informações contábeis intermediárias são conforme quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
31/12/2024	74.816	73.252
31/12/2023	11.485	8.770
31/12/2024	146.766	158.274
31/12/2023	233.037	240.296

(1) *Cível:* • Incidente de desconsideração da personalidade jurídica com o objetivo de incluir a Companhia no polo passivo na demanda principal. • Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial. • Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório. • Incidente de desconsideração da personalidade jurídica com o objetivo de incluir a Companhia no polo passivo na demanda principal. • Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial. • Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório. • Ação indenizatória objetivando a condenação das rés ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças. • Auto de infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico. (2) *Trabalhista:* • Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários. (3) *Tributário:* • Auto de infração lavrado para cobrança de valores a título de IRPJ, IRRF, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, Multa Isolada, Cide Remessas decorrentes de suposta dedução de despesas indevidas no período fiscalizado. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. • Auto de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. c) *Depósitos judiciais:* Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, a causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
31/12/2024	1.294	796
31/12/2023	1.300	796

**19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES**  
Os saldos em aberto referem-se principalmente à adiantamentos recebidos de clientes para prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos, cujas compensações ocorrem na medida em que os serviços são realizados e faturados. Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes no consolidado:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	12.514	21.928
Adição por incorporação	753	-
Ingressos	20.656	49.868
Compensações	(32.488)	(69.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.435	2.511
Adiantamentos recebidos	6.739	30.385
Compensações	(7.869)	(26.473)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	305	6.423

**20. CONTAS A PAGAR**  
Aquisição de empresas. Aquisição SPEs - UPI Este: Conforme detalhado na nota 1, em 19 de abril de 2022 a Companhia concluiu o processo de aquisição das SPEs UPI Este. O valor de negociação foi firmado da seguinte forma: A movimentação do saldo está apresentada abaixo:

	Fluxo de pagamento - Controladora	Fluxo de pagamento - SPEs UPI Este
Saldo em 1º de janeiro de 2023	47.295	324.818
Pagamentos realizados e janeiro a dezembro/2023	(18.754)	(324.818)
Ajuste a valor presente	8.165	8.165
Aquisição da CTR Santa Luzia	-	-
Compensação de valores antecipados	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	36.706	36.706
Pagamentos realizados e janeiro a dezembro/2024	(38.750)	(38.750)
Ajuste a valor presente	6.941	6.941
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.897	4.897

O montante será liquidado em 48 parcelas fixas e irrevogáveis de R\$1.562. Em 31 de dezembro de 2024 havia 9 parcelas em aberto. Uma vez que estas parcelas de longo prazo não possuem incidência de juros, a Companhia calcula o ajuste a valor presente. Em setembro de 2024, a Companhia antecipou o montante de R\$10.000 da dívida com a Este, com previsão para antecipação de quitação total da dívida até o início de 2025. Até 30 de setembro de 2022, este montante estava registrado na rubrica de Instrumentos Patrimoniais no Patrimônio Líquido e era apresentado nesta nota para composição da dívida total pela aquisição das SPEs UPI Este. Em fevereiro de 2023, foi homologado o aumento de capital da Orizon e parte das ações emitidas foram entregues a Jive para quitação do saldo em aberto.

**21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
a) *Capital social:* Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social era de R\$806.843, representado por 3.510 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, com a seguinte composição acionária:

Acionista	Quantidade de ações (%)	31/12/2024	31/12/2023
Orizon Valorização de Resíduos S.A.	3.510	100%	-

b) *Bônus de Subscrição:* Em 19 de junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente emitiu 10.000 bônus de subscrição, nos termos do artigo 77 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (Leis das Sociedades por Ações), que foram entregues em pagamento em benefício dos devedoristas das Emissões correspondente à R\$156.654, cujas condições de emissão de ações, a quantidade, o preço, o prazo e forma de integralização, bem como as demais condições e procedimentos estão previstos nos termos do Certificado de Bônus de Subscrição. Este montante figura registrado no patrimônio líquido pelas condições estabelecidas junto ao FIDC NP para futura conversão em capital social da Orizon Valorização de Resíduos. Dentre as condições estabelecidas estão: (1) o subscritor teria o direito de subscrever e integralizar 52.657 ações ordinárias; e (2) o exercício somente poderia ser exercido em caso de evento de liquidez. c) *Ajuste de avaliação patrimonial:* Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R\$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas 31 de dezembro na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R\$1.304, foi reavaliado para R\$16.9



# Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais)

		31/12/2023				31/12/2024			
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	216.861	216.861	249.528	249.528				
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	30	30	8.132	8.132				
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	488.249	488.249	488.249	488.249				
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	81.622	81.622	243.741	243.741				
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	183.756	183.756	139.396	139.396				
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	796	796	783	783				
Passivos financeiros									
Fornecedores	Custo amortizado	25.794	25.794	55.704	55.704				
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.091.998	1.091.998	1.126.562	1.126.562				
Arrendamentos	Custo amortizado	33.221	33.221	52.088	52.088				
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	651.414	651.414	431.581	431.581				
Outorgas a pagar	Custo amortizado	101	101	13.969	13.969				
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	1.435	1.435	2.511	2.511				

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela diretoria para projetar os fluxos de caixa descontados; (ii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro das unidades geradoras de caixa nas quais os ágios foram allocated; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ágios. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ágios adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contabilizado, imposto de renda e contribuição social diferidos, constituído substancialmente sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia deve anualmente avaliar a projeção de lucros tributáveis futuros para fins de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme nota 6. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como ser baseado em diversas premissas, regularmente subjetivas, que serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e análise da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferido; (ii) a utilização de especialistas tributários para nos ajudar a avaliar e testar o saldo constituído pela Companhia, bem como o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos e as premissas, projeções e metodologia utilizadas; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituído pela Companhia, bem como seu correspondente valor recuperável, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios relacionados à sua constituição e as premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota 6.d, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado na Nota 2.7, a Companhia reconhece suas receitas pelo regime de competência, quando ocorre a efetiva prestação dos serviços, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando eles possam ser mensurados de forma confiável por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca dos serviços. O processo de reconhecimento de receita da Companhia foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, aos seguintes fatores: (i) ao volume expressivo de transações; (ii) à existência de diferentes naturezas de serviços prestados; e (iii) à relevância dos valores envolvidos. Tais características obrigam a Companhia e suas controladas a possuírem controles e os manterem dentro de uma rotina que seja eficaz para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e reconhecimento de receita; (ii) a realização de testes substantivos de itens-chave e amostras representativas, incluindo, quando aplicável, a inspeção dos contratos, das notas fiscais emitidas, dos comprovantes dos serviços prestados relacionados às transações selecionadas e dos recebimentos subsequentes; (iii) a realização de testes de corte de vendas e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva prestação dos serviços durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; (iv) análise mensal da receita utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e do setor; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas notas 2.7 e 2.2 às demonstrações financeiras. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de reconhecimento de receita da Companhia derivadas da prestação de serviços e suas respectivas divulgações nas demonstrações financeiras são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a diretoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). E pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as possíveis distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, de acordo com a época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.